



GT 052. Política indígena na política não indígena: Experiências de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais.

Luís Roberto de Paula (Universidade Federal do ABC) - Coordenador/a, Ricardo Verdum (Museu Nacional) - Coordenador/a

Apesar da participação indígena em processos eleitorais possuir uma longa e intensa trajetória histórica no país, quando o tema vem à baila, normalmente nos lembramos somente do mandato de deputado federal do xavante Mário Juruna na década de 80. Já tivemos e temos atualmente dezenas de prefeitos, vices e vereadores indígenas com mandatos efetivamente conquistados, espalhados pelos quatro cantos do país, além de uma candidatura indígena à vice-presidência da República. Na contramão de um fenômeno que se torna mais intenso e visível a opinião pública, são ainda raras as pesquisas no campo da etnologia indígena, e mesmo das ciências sociais de modo geral, que tenham como objeto privilegiado de análise a relação entre povos indígenas e processos eleitorais no Brasil. Esse GT busca aglutinar pesquisadores que já tenham produzido investigações sobre essa temática, bem como aqueles que estejam em processo de pesquisa, e que se interessem em apresentar seus primeiros resultados. São bem-vindos pesquisadores de todas as filiações disciplinares, já que um dos objetivos dessa proposta é a de propiciar um debate multidisciplinar, fazendo jus à própria natureza epistemológica do objeto investigado. Será dada ainda especial atenção à inclusão no GT de propostas advindas de pesquisadores indígenas dedicados ao tema, bem como de indígenas que tenham ou estejam ocupando mandatos nos poderes executivo ou legislativo municipais.

Mulheres Indígenas na Política: Uma conversa entre mulheres Guarani-Mbya, Guajajara e Nivacle protagonistas em processos eleitorais do Brasil e do Paraguai.

Autoria: Larissa Mattos da Fonseca

O simpósio Indigenous Women in Politics: Empowerment, Activism and Representation, que ocorreu durante a 18th IUAES World Congress em junho de 2018 em Florianópolis/Brasil, promoveu um encontro transnacional e transcultural de mulheres indígenas que atuam em políticas não indígenas. O evento contou com a presença da atual co-candidata à presidência do Brasil Sônia Bone Guajajara, com a atual candidata a deputada federal Kerexu Yxapyry, também no Brasil e com Daniela Benítez e Flordelina Yegros Sanchez, mulheres Nivacle que tem atuado enquanto candidatas em diversas instâncias nos processos eleitorais do Paraguai. O encontro foi um espaço de diálogo entre diferentes mulheres indígenas com diferentes experiências. Compartilharam seus distintos discursos e ações políticas, contando com ações de base como a garantia de comunidades indígenas exercerem o direito ao voto sem ações coercitivas e violentas e com protagonismos como candidaturas a copresidência. Esses são discursos e ações, salvo diferenças contextuais, que estão atravessados pela prática do bem viver. O diálogo promovido por estas quatro representantes indígenas pontuou a necessidade de promover espaços políticos através de outros agentes e modos de se fazer política. Sendo o promover outros espaços políticos uma inversão dos pretendidos lugares de poder, ou seja, uma indianização da política e não uma politização dos indígenas.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

